



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOP-SEPEH)



Carlos Luiz Bandeira Stampa

Nasceu em 28 de junho de 1917, na cidade do Rio de Janeiro. Teve por pais Ernesto Stampa e Gulnar Bandeira Paranhos.

Iniciou a sua trajetória profissional no antigo Estado do Rio de Janeiro, quando foi nomeado, em 15 de dezembro de 1942, pretor do termo de Trajano de Moraes.

Por decreto de 29 de dezembro de 1947, ingressou na Justiça do Distrito Federal, ao ser nomeado para exercer o cargo de 12º juiz substituto. Foi promovido a juiz de direito em 12 de abril de 1952, vindo a atuar na 4ª Vara Criminal, na 1ª Vara de Acidentes do Trabalho e na 26ª Vara Criminal. Como titular deste juízo, presidia o 2º Tribunal do Júri quando ocorreu a instalação solene de sua nova sede, no dia 15 de agosto de 1956, na Rua Visconde Itaboraí nº 78, Centro, Rio de Janeiro, em edifício histórico que atualmente abriga a Casa Brasil-França.



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOT-SEPEH)

Com a mudança da Capital da República para Brasília e a criação do Estado da Guanabara em 21 de abril de 1960, tornou-se membro do Judiciário desta unidade federativa, onde veio a integrar a primeira composição do Tribunal de Alçada criado pela Lei nº 489, de 8 de janeiro de 1964, presidindo-o até 1966.

Ascendendo ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, entrou em exercício no dia 5 de maio 1969, onde permaneceu até a extinção desta corte pelo Decreto-Lei nº 3, de 15 de março de 1975, que também criou o Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro. Veio assim a integrar a sua primeira composição, sendo eleito presidente, em 18 de dezembro de 1978, para o biênio 1979-1980.

Lecionou Direito Penal na Faculdade Cândido Mendes e Sistemas Penais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC). Presidiu o Simpósio Internacional de Sistema Penal, realizado em 1967, e dirigiu o Instituto de Pesquisa de Criminologia da Universidade do Estado da Guanabara.

Aposentou-se em 15 de julho de 1982, vindo a falecer no dia 14 de junho do ano seguinte, em sua cidade natal.

Os relevantes serviços prestados à sociedade foram reconhecidos por seus contemporâneos, que o homenagearam com a atribuição do nome de Rua Carlos Luiz Bandeira Stampa a logradouro público situado no bairro de Itanhangá, na cidade do Rio de Janeiro, nos termos dos Decretos nº 5.153, de 18 de junho de 1985, e nº 12.213, de 18 de agosto de 1993.



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOS-SEPEH)

Fontes consultadas

ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário fluminense: período republicano*. Rio de Janeiro: Museu da Justiça, 2007, pp. 214-215.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Decreto de 29 de dezembro de 1947. Diário Oficial da União, de 29 de dezembro de 1947, Seção I, página 16327. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2663821/pg-3-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-29-12-1947/pdfView>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Listas de antiguidade dos juízes, membros do Ministério Público e funcionários auxiliares da Justiça local do Distrito Federal: 1924-1949*. Fls. 135 e 139. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

GUANABARA (Estado). *Lista de antiguidade dos desembargadores até 31 de dezembro de 1971*. Diário Oficial do Estado da Guanabara, de 18 de fevereiro de 1972, Parte III, Poder Judiciário, p. 1.

Inaugurado o 2º Tribunal do Júri na velha Alfândega. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1956, p. 1.

Instalado em sua sede o 2º Tribunal do Júri. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1956, p. 1.

JUNQUEIRA, Eduardo da Cunha. *Tribunal de Alçada Cível do Estado do Rio de Janeiro: três décadas de história*. Rio de Janeiro: CEDES, 1994, p. 94.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 1, de 15 de março de 1975. Prover cargos de desembargador efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em:



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGC0M-SEPEH)

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/ca382ee09e6ab7f803256a11007e6769/13bd058b09b2618c03256aa4006a5175?OpenDocument>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça. *Ata da sessão solene do Tribunal Pleno, de posse da nova administração do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, realizada em 1º de março de 1979*. Livro de Atas do Tribunal Pleno nº 25, fl. 22.

2º Tribunal do Júri: solene inauguração, ontem, das novas instalações. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1956, 1º Caderno, p. 4.